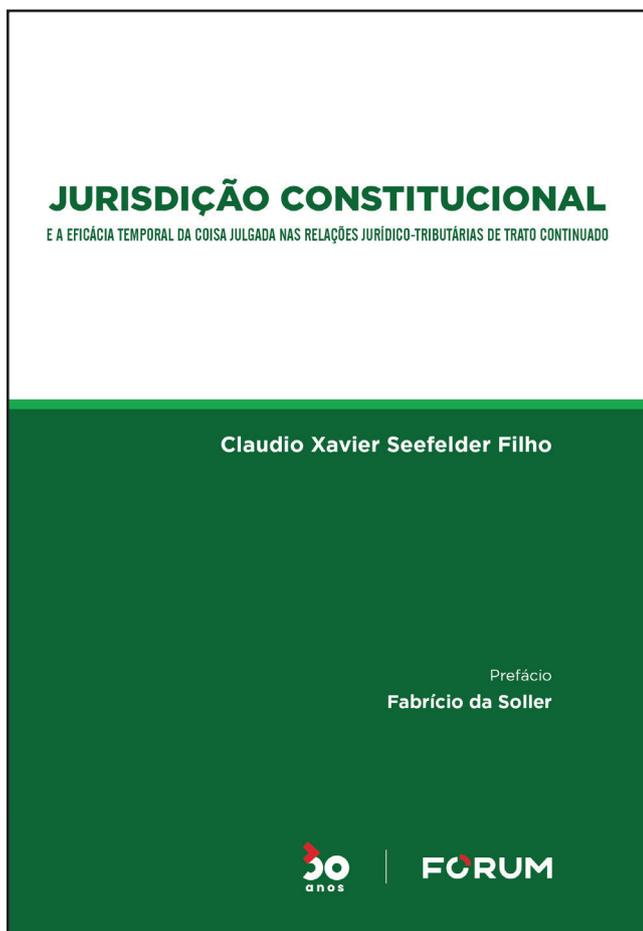


CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO



JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

E A EFICÁCIA DA COISA JULGADA
TRIBUTÁRIA

Prefácio
Fabrício da Soller

O presente livro aborda o impacto do precedente do Supremo Tribunal Federal na ordem jurídica e, em especial, trata sobre a eficácia da coisa julgada tributária que regula relações jurídicas de trato continuado, formada antes do precedente do STF, em sentido contrário. O problema que buscaremos enfrentar é a cessação, ou não, da eficácia da coisa julgada tributária contrária à Constituição, em face da força e do impacto do precedente da Suprema Corte no ordenamento jurídico e dos princípios constitucionais da segurança jurídica, igualdade de todos perante a lei, isonomia tributária, livre-iniciativa e livre concorrência, neutralidade tributária entre outros. Nosso estudo abrangerá os entendimentos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal e as posições da doutrina brasileira, com especial destaque para as relevantes contribuições do Min. Teori Albino Zavascki ao tema.

Área específica da obra
Direito Constitucional

Áreas afins do livro
Direito Constitucional, Processual Civil e
Tributário

Público-alvo/consumidores da obra
Estudiosos do Direito Constitucional,
Processual Civil e Tributário, dentre eles,
estudantes, advogados públicos e privados,
consultores e professores.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003201

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S451j	Seefelder Filho, Claudio Xavier
	Jurisdição Constitucional e a eficácia temporal da coisa julgada nas relações jurídico-tributárias de trato continuado / Claudio Xavier Seefelder Filho. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 186p. ; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-321-4
	1. Direito. Direito Constitucional. 2. Direito Processual Civil. 3. Direito Tributário. I. Título.
2021-4787	CDD 342 CDU 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SEEFELDER FILHO, Claudio Xavier. *Jurisdição Constitucional e a eficácia temporal da coisa julgada nas relações jurídico-tributárias de trato continuado*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 186p. ISBN 978-65-5518-321-4.

Claudio Xavier Seefelder Filho

Graduado em 1996 no curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Direito de Marília/SP – Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha (FEESR), XXX Turma. Pós-Graduado *Lato Sensu* em Direito Tributário e Finanças Públicas pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Mestre em Direito Tributário e Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Direito Público de Brasília (IDP). Ex-Coordenador-Geral de Representação Judicial da PGFN (CRJ/PGFN), de 01.01.2007 a 03.2013. Ex-Procurador-Geral Adjunto de Consultoria e Contencioso Tributário da PGFN e Procurador-Geral Substituto, de 01.02.2016 a 08.03.2019. Em fevereiro de 2020, assumiu o cargo de Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional. Em agosto de 2021, retornou sua atuação perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal representando a Fazenda Nacional.

Professor de Direito Tributário na Pós-Graduação do Instituto de Direito Público de Brasília (IDP) e na Faculdade Presbiteriana Mackenzie – Rio.

Coordenador das obras *Constituição e Código Tributário Comentados sob a ótica da Fazenda Nacional*, *Novo Código de Processo Civil Comentado na Prática da Fazenda Nacional* e *Comentários sobre transação tributária*, todos publicados pela Editora Thomson Reuters Revista dos Tribunais.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Fabício da Soller	15
APRESENTAÇÃO.....	17
O STF, O PRIMATA E RUY BARBOSA.....	19
INTRODUÇÃO	23
1 JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E O PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	29
1.1 Jurisdição constitucional e o papel do STF como cúpula do Poder Judiciário e Corte Constitucional	31
1.2 Sistema de controle de constitucionalidade de normas no Brasil	33
1.3 A eficácia dos precedentes da Corte Suprema no exercício da jurisdição constitucional	36
1.3.1 O crescente prestígio conferido aos precedentes pela legislação infraconstitucional.....	38
1.3.2 A força do precedente do STF no âmbito da jurisdição constitucional, o movimento em direção à sua eficácia vinculante e expansiva <i>ultra partes</i>	43
1.4 A supremacia e a força normativa da Constituição, a autoridade do STF e o impacto de seu precedente na ordem jurídica	62
2 A COISA JULGADA E SUA EFICÁCIA TEMPORAL	73
2.1 Concepção geral da coisa julgada no direito brasileiro e as distinções entre seu conteúdo, sua eficácia e seus efeitos	73
2.2 Aplicação da lei ao caso concreto.....	79
2.3 Espécies de relações jurídicas, a relação jurídica tributária de trato continuado e a ação declaratória tributária com efeitos futuros.....	81
2.4 Limites temporais da coisa julgada e a cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	85
2.5 Ação de revisão do art. 505, II do nCPC	90
3 O PRECEDENTE DO STF E A COISA JULGADA TRIBUTÁRIA	97
3.1 Contextualização do contencioso judicial tributário e o acesso ao Supremo Tribunal Federal	99
3.2 As posições da doutrina a respeito	111
3.3 A posição do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.....	116
3.4 Segurança jurídica nas relações dinâmicas e a convergência dos princípios constitucionais	126
3.5 Considerações sobre as repercussões gerais reconhecidas pelo STF	145
4 CONCLUSÃO	153
REFERÊNCIAS.....	159